

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA

2024-2028

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Estarreja 2024-2028

Entidade Promotora



Financiado por



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Organismo intermédio

Instituto da Segurança Social, I.P.

Documento elaborado por

Equipa Técnica – Projeto Radar Social de Estarreja | Divisão de Educação e Desenvolvimento Social

Colaboração



Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

29 de novembro de 2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Estarreja

ÍNDICE

Índice	3
I. Nota Introdutória.....	4
II. Lista de siglas e Acrónimos	6
IV. Enquadramento	10
V. Áreas prioritárias de desenvolvimento social - Síntese	12
1. Habitação.....	12
2. Grupos vulneráveis.....	14
3. Saúde	19
4. Educação, Formação e Emprego	21
VI. Áreas estratégicas 2024-2028	23
1. Habitação.....	23
2. Grupos Vulneráveis	23
3. Saúde	25
4. Educação, Formação e Emprego	26
VII. Documentos consultados	27

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2024

Volvidos 4 anos da última atualização do Diagnóstico Social e da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, a Rede Social de Estarreja pode orgulhar-se do trabalho desenvolvido. De facto, desde 2019, foi notória a cooperação entre diferentes entidades e organizações, a partilha de informações e de recursos, materializado, particularmente, no funcionamento dos grupos de trabalho constituído por cada um dos eixos prioritários de intervenção no território concelhio e em todas as atividades executadas.

Mesmo no cenário pandémico, completamente imprevisível e muito adverso, soubemos responder e apoiar os mais vulneráveis!

O Município de Estarreja, em 2024, foi distinguido, pela 1.^a vez, com o prémio “Viver em Igualdade”, atribuído pela CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que, para além de reconhecer o trabalho desenvolvido, reforça o compromisso municipal com as políticas públicas cada vez mais igualitárias e equitativas. E pelo 14.^o ano consecutivo, Estarreja distingue-se como “Autarquia + Familiarmente Responsável” 2024, num galardão atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR).

Estes reconhecimentos atribuídos por entidades externas são fruto de um intenso trabalho em rede, onde, para além do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, diversas entidades e atores locais cuidam diariamente do bem-estar das franjas populacionais mais vulneráveis, garantindo uma melhor qualidade de vida para todas as famílias que vivem e trabalham em Estarreja.

As pessoas estão sempre no centro das nossas preocupações. Mas os atuais desafios são imensos e espelham uma nova realidade social, decorrente do contexto geopolítico europeu e internacional, que exigem criatividade e inovação, no desenho de novas respostas que vão ao encontro das necessidades das pessoas.

Estou certa de que todos os Parceiros estão verdadeiramente comprometidos com o desenvolvimento de Estarreja, de forma sustentável, inclusiva e competitiva. Juntos continuaremos a trabalhar para que toda a população tenha igualdade de oportunidades nas diversas dimensões da cidadania – habitação, educação, saúde, cultura, etc – reforçando a coesão socio-territorial e contribuindo para todas as pessoas, desde as crianças até aos idosos, possam viver com qualidade e em igualdade.

Uma palavra final de agradecimento e reconhecimento a toda a equipa da área da ação social do município, onde se insere a Equipa do Projeto Radar Social, e todos os parceiros que, com

muita resiliência, souberam lidar com a limitação de tempo para a realização deste trabalho, executado em tempo record, conseguindo, num verdadeiro espírito de equipa alargada, ultrapassar todas as dificuldades e adversidades.

Bem Haja a todos!

Isabel Simões Pinto, Vereadora Ação Social e Inclusão e Presidente do CLAS de Estarreja

II. LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família

AEE – Agrupamento de Escolas de Estarreja

AEP – Agrupamento de Escolas de Pardilhó

ASE – Associação de Solidariedade Estarrejense

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAF – Componente de Apoio à Família

CERCIESTA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Estarreja

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLDS5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social 5.^a Geração

CME – Câmara Municipal de Estarreja

CPAFP – Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Pardilhó

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DEDS – Divisão de Educação e Desenvolvimento Social

DS – Diagnóstico Social

EFA – Educação e Formação de Adultos

ELH – Estratégia Local da Habitação

GAV – Gabinete de Apoio à Vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

GTT – Grupo de Trabalho Temático

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

JF – Junta de Freguesia

LAC – Laboratório de Aprendizagem Criativa

NLI – Núcleo Local de Inserção

PDM – Plano Diretor Municipal

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PISTA5G - Projeto de Intervenção Social das Terras do Antuã 5^a Geração

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAC – Serviço Atendimento Complementar

ULS – Unidade Local de Saúde

III. GLOSSÁRIO DE CONCEITOS¹

Avaliação – *É o processo que permite refletir sobre uma dinâmica de planeamento, um programa, uma intervenção, a partir do estabelecimento de um conjunto de critérios de sucesso, de indicadores e da definição de formas de verificação. Tais critérios devem ser fixados no momento da definição do plano de intervenção e incidir não só sobre os seus resultados e eventualmente sobre os seus impactos, mas sobre todo o percurso que vai desde a conceção (objetivos) até ao dispositivo de operacionalização, gestão e afetação de recursos.*

Desenvolvimento Local - *Noção de desenvolvimento que se veio propor como alternativa a perspectivas funcionalistas do desenvolvimento territorial, segundo as quais, o investimento em determinadas zonas-motor seria gerador do desenvolvimento noutras regiões do país, por alastramento. Este pressuposto não só não se confirmou como em Portugal deu origem a fortes desequilíbrios territoriais. Em contraposição, o desenvolvimento local passa pela valorização dos recursos endógenos e pela dinamização das populações e dos atores locais, no sentido da abertura do campo de oportunidades que é oferecido a uma determinada população. É uma dinâmica essencialmente territorializada, mas que não é fechada em si, integrando os recursos e as oportunidades que são oferecidos ao nível nacional e comunitário.*

Diagnóstico Social - *Instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento. Por ser um instrumento resultante da participação dos diversos parceiros, é facilitador da interação e da comunicação entre eles e parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso. O Diagnóstico Social pode ter uma incidência territorial concelhia, ou retratar a realidade de uma freguesia ou várias freguesias.*

Exclusão social - *Conceito que traduz uma situação oposta à de participação e que pode assumir diversas aceções conforme os contextos nacionais em que ela é usada. A tradição anglo-saxónica associa-a a impedimentos que impossibilitam as pessoas de exercer o seu estatuto de cidadãos e portanto de usufruir de direitos como o direito à habitação, ao emprego, à saúde, à educação, à posse de uma identidade positiva, etc. Nos países francófonos ela refere-se à rutura dos laços sociais (institucionais com os sistemas de*

¹ Este glossário segue o Glossário de conceitos dos documentos “Plano de Desenvolvimento Social” elaborado pelo Núcleo da Rede Social DIC - Departamento de Investigação e Conhecimento e da apresentação do projeto Radar Social da Segurança Social.

emprego, habitação, etc. e informais, com a família, com vizinhos e amigos, etc.) e é entendido como um processo que em fases extremas pode conduzir ao isolamento social. Pode ainda ser entendida como o oposto de inclusão ou de empowerment, isto é, como a privação de capacidade de intervir nas próprias condições de vida, o que supõe o arredamento dos excluídos dos mecanismos de transformação societal e das decisões, inclusivamente daquelas que a eles dizem mais diretamente respeito

Monitorização – *É o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção por forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo (p. ex. Quadro de Bordo). Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas (ex. monitorização de impactos de determinados equipamentos no ambiente ou na saúde das populações).*

Planeamento estratégico - *(aplicado à intervenção social) O Planeamento pode entender-se como um procedimento racional, que traduz a articulação e integração de decisões e através do qual se formalizam compromissos e estratégias de mudança (social e territorial). Traduz uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.*

Plano de Ação - *É a componente do PDS que define as ações e projetos a desenvolver para concretizar os objetivos e estratégias de longo prazo delineados pelo PDS. É elaborado anualmente, (...), permitindo tornar mais claro o tipo de participação de cada um dos parceiros.*

Vulnerabilidade social - *condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos. Provocado por fatores, tais como pobreza, crises económicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural dentre outros, que gera fragilidade dos atores no meio social (Bourdieu, 1987; 1989; 1990). Traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, económicas e culturais que provêm do estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. as desvantagens com respeito à estrutura de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade (Kaztman, 2001).*

IV. ENQUADRAMENTO

O Plano de Desenvolvimento Social - PDS, encontra enquadramento, nomeadamente nos artigos 36º e 37º do Decreto-Lei n.º 115/2006. É um instrumento estratégico de planeamento local que precede e se desenha a partir do Diagnóstico Social do Concelho de Estarreja 2024 e das áreas prioritárias de desenvolvimento social identificadas. Procura, igualmente, responder às prioridades e estratégias nacionais e regionais.

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Estarreja 2024 – 2028 prevê a elaboração de planos de ação anuais, bem como a sua monitorização da execução e uma avaliação final.

Como **princípios orientadores** da sua construção salientam-se:

Transversalidade – o plano contempla a transversalidade de diversos contextos e áreas de conhecimento e ação da sociedade;

Territorialização – a estratégia deste plano vai ao encontro de outras políticas públicas, nomeadamente planos sectoriais, e considera as características e as prioridades do território otimizando os recursos disponíveis;

Trabalho em Rede – as ações e atividades que constam no plano de ação assumem uma dimensão de promoção de parcerias, partilha ativa de conhecimento e práticas;

Transparência, monitorização e avaliação – estão previstas no plano de ação anual ações de monitorização e avaliação do plano pela Rede Social.

Enquanto **objetivos gerais** delineados, o plano contempla os seguintes:

- Contribuir para diminuir as desigualdades sociais;
- Promover a igualdade, a não discriminação e a inclusão de modo a assegurar coesão social;
- Aumentar os níveis de qualificação da população;
- Promover o acesso à saúde e o bem-estar na comunidade;
- Promover o envolvimento e a participação ativa das entidades e da sociedade civil nas medidas/ações a implementar para atingir os objetivos estratégicos e específicos;

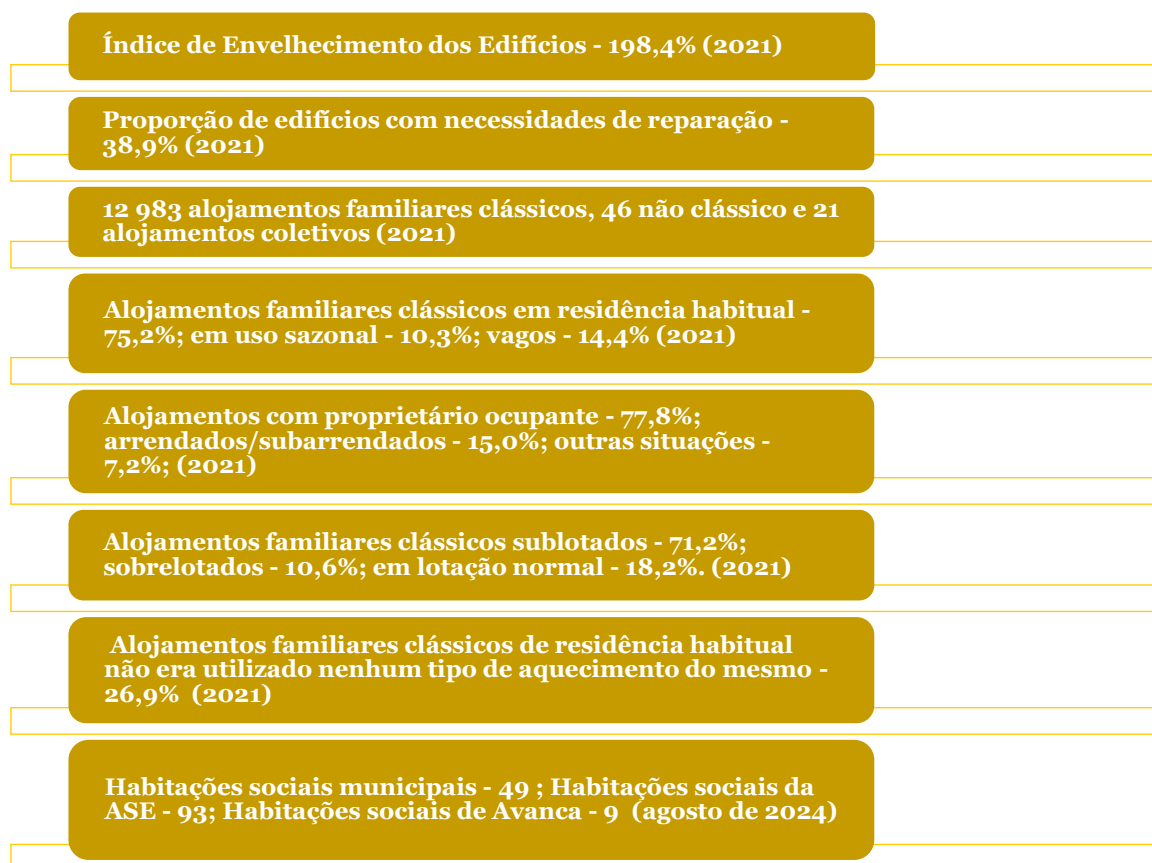
O PDS integra a dimensão de género, através de medidas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. O plano de ação anual segue as estratégias definidas no PDS, está interligado com as áreas prioritárias do DS e organizado por ações e destinatários, objetivos específicos, metas e respetivos indicadores, entidades responsáveis e calendarização.

A definição do PDS 2024 – 2028 do concelho de Estarreja, para além da análise dos dados do DS, contou com a realização de 4 sessões participativas por área prioritária e estratégica de intervenção, a saber: Habitação; Grupos Vulneráveis; Saúde e Educação, Formação e Emprego. Estas sessões contaram com a participação e contributos de diversas entidades locais.

V. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SÍNTESE

1. HABITAÇÃO

Síntese de indicadores referentes à habitação:



Os problemas mais vezes referidos pelos atores durante a fase de elaboração do DS foram dificuldades encontradas no acesso à habitação motivadas por rendas elevadas face aos rendimentos disponíveis, falta de habitação a custos acessíveis, insuficiência de resposta de habitação social face às necessidades, existência de imóveis devolutos/com necessidades de reparação e existência de habitação e situações de arrendamento ilícito e irregular.

O acesso à habitação digna e adequada é um direito fundamental dos cidadãos. A criação de respostas habitacionais deve ser promovida de forma articulada e cruzada com diferentes programas e os respetivos documentos de planeamento estratégico, medidas de financiamento e/ou investimento e de respostas nacionais, regionais e municipais. O planeamento das respostas habitacionais municipais tem sempre implícito a prioridade definida localmente com vista ao desenvolvimento social e económico do concelho,

respondendo às diferentes necessidades e interesses das famílias e aos diversos agentes económicos (fixação da população que trabalha e/ou gera atividade económica).

Para além dos programas de apoio municipais que se encontram ativos na área da habitação, o Município e a Rede Social pretendem, numa perspetiva de interligação entre os documentos de diagnóstico e de planeamento estratégico, que espelhem o conhecimento das necessidades e respostas existentes, reforçar o trabalho que têm vindo a desenvolver neste âmbito, através da implementação da Estratégia Local da Habitação – ELH. Esta Estratégia consubstancia-se com as candidaturas ao Programa 1.º Direito, que continuam a ser passíveis de submeter, e através da dinamização e atualização do diagnóstico habitacional, com a elaboração da Carta Municipal para a Habitação e consecutivamente, propor novas estratégias, medidas, ações e/ou programas que permitam potenciar e maximizar o acesso e a manutenção dos Estarrejenses à habitação.

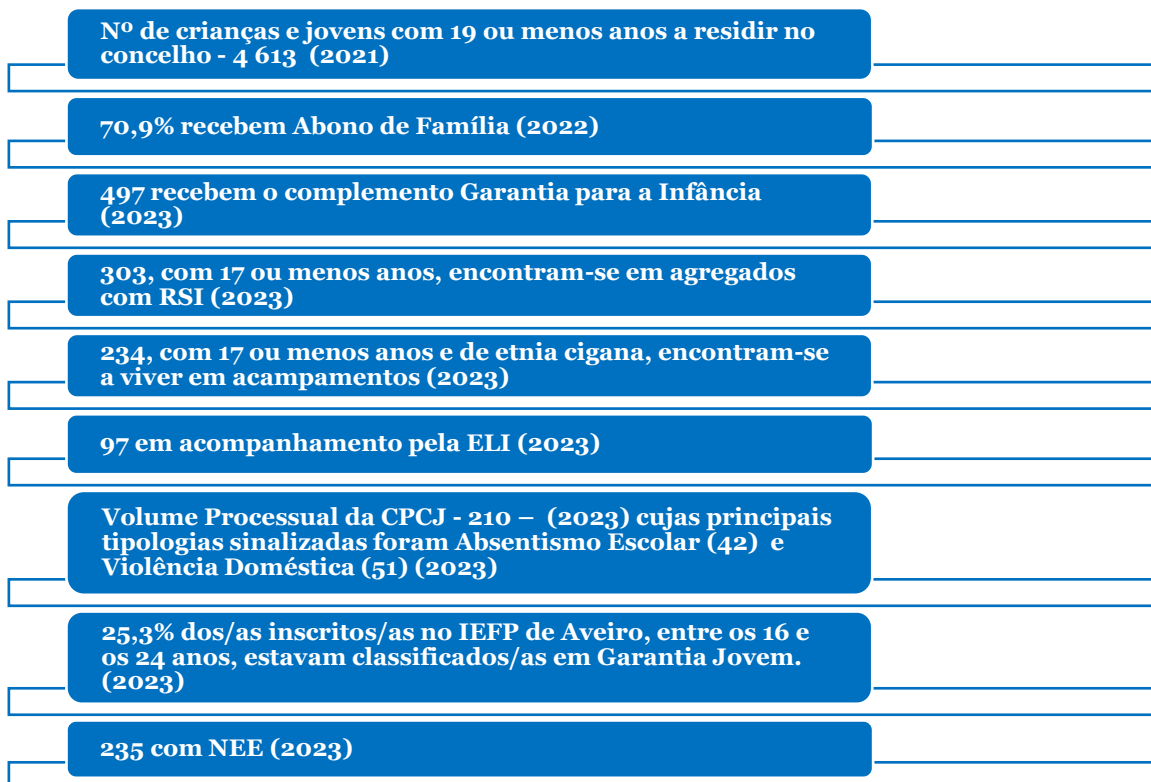
Atualmente, o Município tem disponível 49 fogos de habitação social, sendo que 1 destes se destina a situações de emergência social. Existe, de facto, a necessidade de aumentar a resposta habitacional e que a mesma seja adequada às necessidades e à composição e características dos agregados familiares, considerando o número de situações, quer sociais (arrendamento apoiado), quer de emergência e/ou urgência, que têm sido reportadas e do conhecimento do Município, decorrente da crise habitacional que se tem sentido.

O Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Pardilhó - CPAFP viu recentemente aprovado financiamento através do programa PRR para a criação de Habitação Colaborativa (2 apartamentos) e Comunidade de Inserção (2 apartamentos).

2. GRUPOS VULNERÁVEIS

2.1 Crianças e Jovens

Síntese de indicadores referentes às Crianças e Jovens:



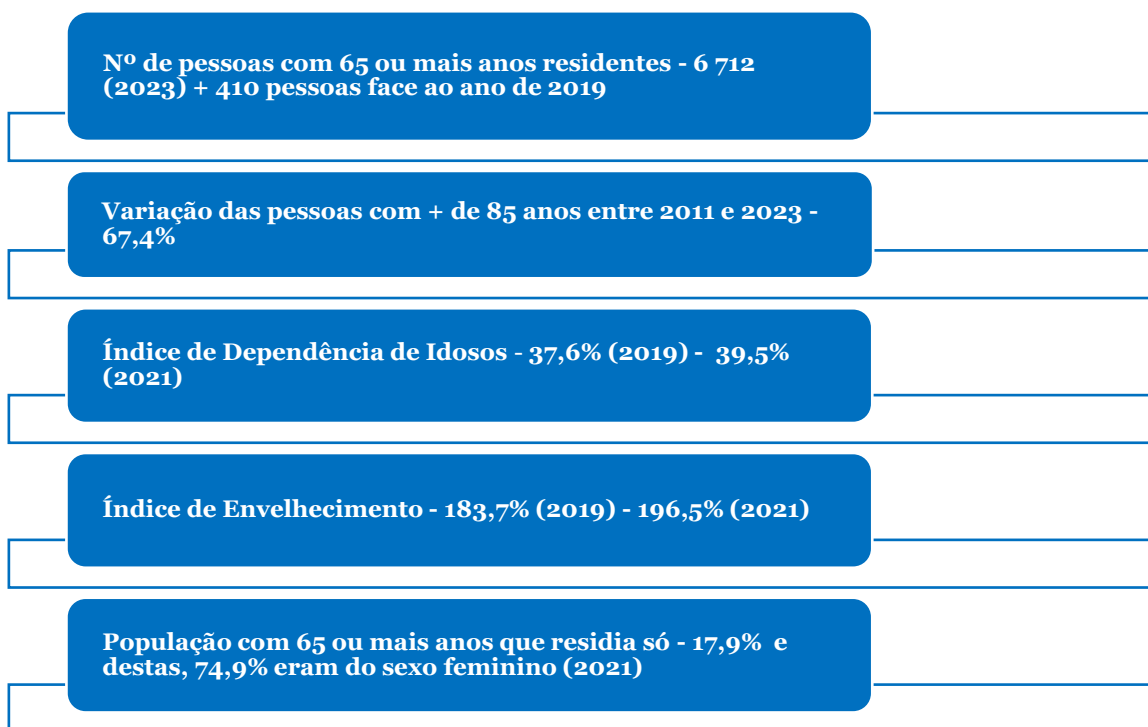
Os problemas mais vezes mencionados pelos atores durante a fase de elaboração do DS foram a pobreza infantil e insuficiência de respostas ao nível da infância.

O concelho de Estarreja, para este período de vigência do PDS, com base na concertação da intervenção ao nível da infância, contará, para além das entidades que já asseguram o acompanhamento de crianças e jovens, com novas estratégias de atuação, através do Núcleo Local para a Garantia da Infância, do eixo 2 de intervenção - “*Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, promotor de uma efetiva garantia para a infância*” do Contrato Local de Desenvolvimento Social - Projeto de Intervenção Social das Terras do Antuã 5ª Geração – CLDS PISTA5G.

Será pertinente a avaliação da possibilidade de alargamento das respostas sociais para a infância, ou a criação de novas respostas, colmatando, desta forma, as necessidades identificadas pelos atores.

2.2 Pessoas Idosas

Síntese de indicadores referentes às Pessoas Idosas:



Os problemas e necessidades identificadas na área das pessoas idosas, centram-se, maioritariamente, na insuficiência de rede de equipamentos e respostas ajustadas às necessidades da população idosa e no isolamento social.

Assim, o trabalho a ser desenvolvido no concelho e as necessidades de intervenção prioritária passam por reforço das respostas de proximidade para a promoção da saúde e bem-estar da população (p.e. atividades lúdicas, culturas e convívio), o alargamento e reforço das respostas de base comunitária e de proximidade que visam acompanhar as pessoas idosas (p.e. Projeto SOS Viver+) e a construção e alargamento das respostas sociais de apoio à terceira idade (Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas).

O projeto Viver+ é assente 4 grandes áreas de intervenção – Saúde e Bem-estar; Cultura e Lazer; Artes e Saberes; Solidariedade e pretende promover o envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida respondendo assim aos desafios relacionados com a longevidade e o envelhecimento da população.

O Município dinamiza através do Laboratório Aprendizagem Criativo - LAC um programa pensado para cada público, transversal a todas as idades, com atividades de fruição e intervenção artística e estimulação da criatividade.

2.3 Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

Síntese de indicadores referentes a pessoas vítimas de Violência Doméstica:

Crimes de violência doméstica registados pelas polícias - 92 (2023)

Processos em acompanhamento por violência doméstica pela CPCJ de Estarreja - 51 (24,3%) (2023)

Nos questionários aplicados a representantes de entidades parceiras e ao público em geral, mais de metade dos/as participantes considerou a Violência Doméstica como uma das áreas prioritárias de intervenção.

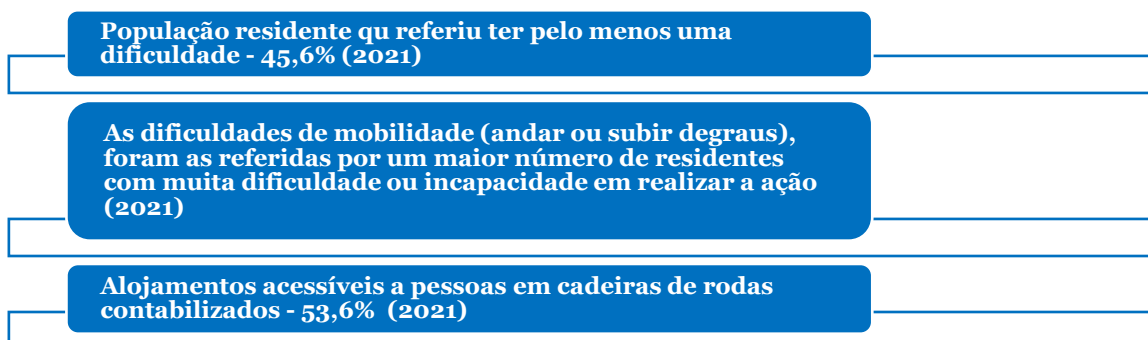
O Município, já em 2023, apresentou o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Estarreja - PMIND, como um instrumento de política global e uma estratégia de atuação concertada nesta área, envolvendo esforços de diferentes atores locais, de modo a promover a Igualdade e Não Discriminação, tendo por fim último, a promoção da melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.

Assim, a prevenção e o reforço da consciência pública sobre o fenómeno, são uma das principais estratégias a adotar com vista à minimização e combate deste problema social. Esta estratégia de prevenção e sensibilização passa, também, por capacitar, através de formação, os profissionais e pela integração da perspetiva da igualdade de género e não discriminação no âmbito da intervenção e *governância* das entidades locais. Desta forma, pretende-se promover a melhoria da qualidade da intervenção e prevenção em situações de violência doméstica e de género, cumprindo com o PMIND e atuando a montante das causas multidimensionais deste problema social, sendo que apenas capacitando os profissionais e as pessoas, poderemos estar todos/as mais conscientes e alerta dos sinais a identificar deste crime público.

No entanto, ao nível da atuação mais imediata e emergencial para dar resposta às situações de violência doméstica, e à população em situação de fragilidade vítima de crime, poderá ser pertinente contemplar a eventual criação de um Gabinete de Apoio à Vítima – GAV, de modo a prestar o apoio jurídico e psicossocial necessário nestas situações.

2.4 Pessoas com Deficiência e/ ou Incapacidade

Síntese de indicadores referentes a pessoas com deficiência e/ou incapacidade:



Os problemas mais vezes referidos pelos atores durante a fase de elaboração do DS foram as respostas / serviços insuficientes para apoio às pessoas com deficiência e/ou incapacidade e as acessibilidades e infraestruturas adequadas.

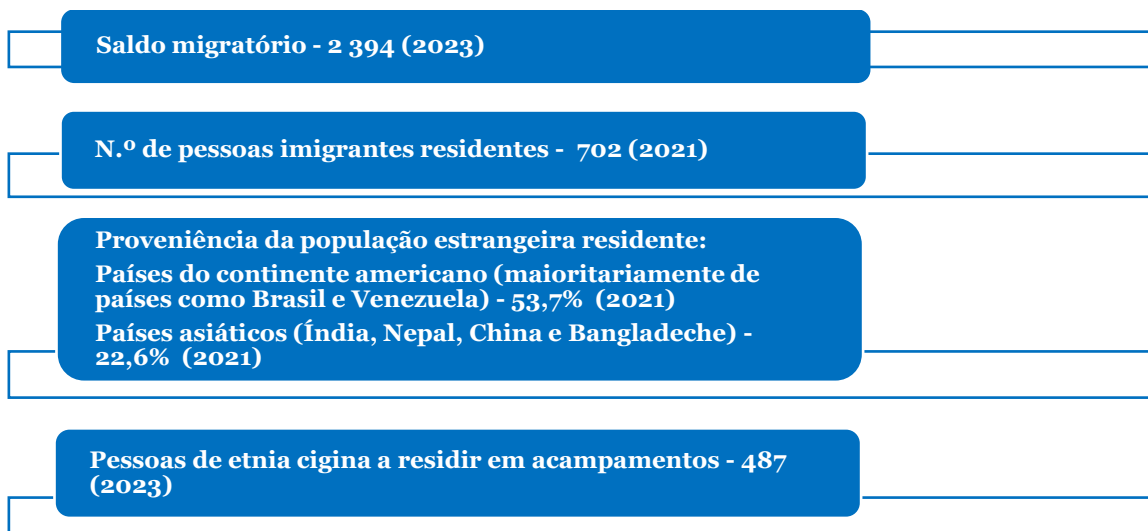
Pretende-se, no período de execução deste PDS, o alargamento de vagas das respostas para as pessoas com deficiência e/ou incapacidade e o desenvolvimento de potenciais novas soluções, tendo por base esta população. A CERCIESTA encontra-se, atualmente, em fase de obras de Remodelação e Ampliação da resposta social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – CACI, o que irá garantir melhores condições de trabalho para as equipas e para os utentes.

A mesma instituição encontra-se com uma candidatura aprovada, no âmbito do PARES, para a construção de um Lar Residencial, o que vem dar resposta a uma necessidade há muito identificada e reforçar a rede de equipamentos sociais existentes no concelho.

Ressalva-se a necessidade de capacitar ao nível do suporte informativo e do acesso a direitos e serviços para os cuidadores (formais ou informais) das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

2.5 Migrações e Minorias Étnicas

Síntese de indicadores referentes a pessoas migrantes e minorias étnicas:



No período de elaboração do instrumento de diagnóstico, a grande problemática associada às pessoas migrantes e minorias étnicas, identificado pelos atores locais, foi a exclusão social das comunidades migrante e de etnia cigana.

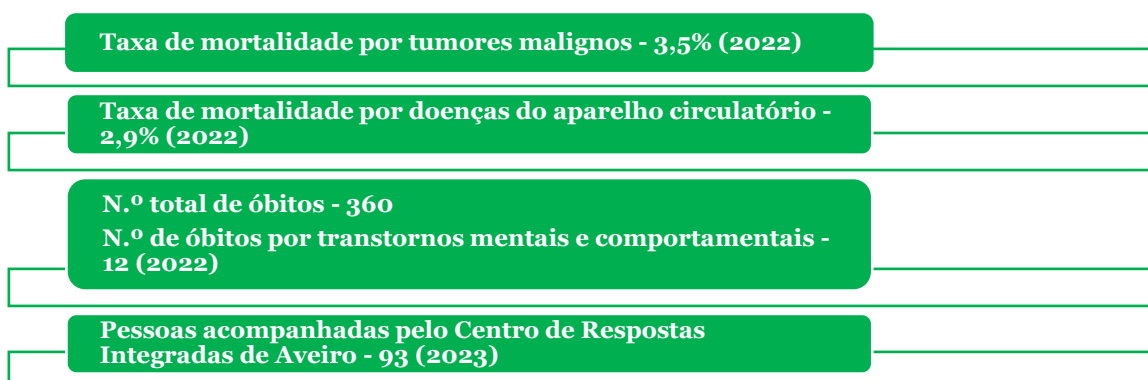
Nesse sentido, e de modo a promover a coesão social e territorial e a integração das comunidades migrantes, o Município, em parceria com a Casa Vera Cruz, disponibilizou um novo serviço à comunidade migrante, designadamente o gabinete e espaço de acolhimento (CLAIM) para suporte informativo e de apoio às pessoas nacionais de países terceiros.

Relativamente a estas comunidades – migrante e etnia cigana - o CLDS PISTA5G, através do eixo 4 de intervenção – “*Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção*”, procurará intervir quer junto da comunidade de etnia cigana, quer junto da comunidade migrante, numa ótica de responder à política inclusiva do Município e de promover a interculturalidade e a integração social.

Com o aumento significativo de pessoas imigrantes oriundo de países do continente asiático, tornou-se necessário a implementação de cursos de Português Língua de Acolhimento. Estas ações promovem a inclusão da comunidade e terão continuidade no próximo quadriénio.

3. SAÚDE

Síntese de indicadores referentes a saúde:



Os problemas mais vezes referidos pelos atores durante a fase de elaboração do DS foram a existência de dificuldades no acesso aos serviços de saúde, a prevalência de problemas de saúde mental e os comportamentos aditivos.

O Município está atualmente a elaborar o Perfil Municipal de Saúde, com o propósito de traçar um diagnóstico da saúde e dos seus determinantes no território, de modo a conceber os instrumentos de planeamento e orientadores da atuação neste domínio, como o Plano Municipal de Saúde.

Tal como referido no DS, o Município tem procurado dinamizar um conjunto de ações e projetos, com especial destaque ao nível da promoção da saúde junto do público mais jovem e da criação de hábitos de vida mais saudáveis por via da intervenção nas escolas.

Do ponto de vista concelhio, durante a pandemia Covid-19, assistiu-se a um reforço do investimento em cuidados de saúde mental, tendo surgido o Gabinete Psi+Social – GPS da Fundação Benjamim Dias Costa, que procura articular os serviços de saúde com os serviços de acompanhamento social. Ainda neste período, e para fazer face aos riscos de *burnout* e de acordo com a estratégia do Município foi estabelecido um protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Ao nível municipal, verifica-se a existência do Gabinete de Psicologia para dar resposta às dificuldades sentidas pelos estabelecimentos de ensino e instituições do território, e o Gabinete de Psicologia do SAAS que intervém com o objetivo de avaliar e acompanhar pessoas sinalizadas pela equipa SAAS.

Pese embora, uma das principais dificuldades percecionadas pelos diferentes atores locais no âmbito do DS, ter sido a referência à dificuldade no acesso aos serviços de saúde devido à falta de profissionais da área, verifica-se que, à data de setembro de 2024, as Unidades de

Cuidados de Saúde Primários do concelho, respondiam a 27 076 utentes inscritos, sendo que, destes, cerca de 9,9% não tinham médico de família atribuído.

Relativamente à perceção da reduzida resposta de serviço de urgência, verifica-se que poderá existir uma necessidade de alargamento do horário de funcionamento do Serviço Atendimento Complementar – SAC, particularmente ao fim de semana, contribuindo para a redução do número de pessoas que recorrem ao Serviço de Urgência do Hospital Infante D. Pedro – Aveiro, da ULS a Região de Aveiro.

4. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO

Síntese de indicadores referentes a educação, formação e emprego:



Os problemas mais vezes referidos pelos atores durante a fase de elaboração do DS foram a falta de mão de obra especializada (devido a baixas qualificações e a um nível de competências dos candidatos dissonante das exigências do mercado de trabalho), oferta formativa pouco ajustada às necessidades das pessoas (nomeadamente a ausência de cursos/formação profissional direcionado para as atividades do terceiro sector), dificuldades de fixação de trabalhadores/as devido aos constrangimentos para aceder a habitação; e a organização da rede de transportes públicos não estar compatibilizada com os horários de trabalho.

Ao nível da educação, foi destacado pelos atores locais, a insuficiência de respostas com atividades destinadas às crianças depois do período letivo e a falta de vagas em pré-escolar em algumas das freguesias do concelho, assim como foi referido o absentismo escolar como uma das problemáticas associadas ao território.

Nos últimos anos, Estarreja assistiu a uma expansão do seu tecido empresarial e produtivo, com o desenvolvimento do Eco-Parque Empresarial de Estarreja e a criação da Incubadora de Empresas. O emprego é uma área essencial para o desenvolvimento económico e estratégico de um território e para o bem-estar social, o Município conta atualmente com o funcionamento de um GIP, em estreita articulação com o IIEFP de Aveiro, com o Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Estarreja – AEE e com o CLDS5G do Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Pardilhó – CPAFP a iniciar em breve a sua ação, e que tem no Emprego, Formação e Qualificação um dos eixos prioritários de intervenção.

O investimento que se tem verificado nesta área poderá ter contribuído para o decréscimo significativo da taxa de desemprego, face aos valores dos Censos de 2011.

As entidades que atuam na área da qualificação e formação profissional no território procuram adequar a sua oferta formativa às necessidades, através de cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA e de processos de RVCC.

Na área da Educação, o Município de Estarreja elaborou o seu Programa Municipal de Educação 2024/2025 com medidas e ações em várias áreas: Apoio Social Escolar, Ambiente, Apoio à família, Cidadania, Atividade Física e Desportiva, Literatura, Educação Promoção do Sucesso Escolar, Nutrição e Património/Cultural, Segurança e Música/Teatro.

O investimento nos serviços de educação da rede pública, nomeadamente Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF e Componente de Apoio à Família – CAF, respondem às necessidades das famílias com crianças a cargo, na medida em que, anualmente, o horário destes serviços é ajustado às necessidades das mesmas, mediante um número mínimo de inscrições.

No que respeita às respostas da educação pré-escolar, verifica-se uma cobertura adequada ao nível concelhio, no entanto, na União das Freguesias de Canelas e Fermelã esta resposta é assegurada apenas pela rede solidária, nomeadamente pelo Centro Social Paroquial São Tomé de Canelas e pelo Centro Social e Paroquial de São Miguel.

O transporte escolar providenciado pelo Município, vem igualmente dar resposta à necessidade das famílias, na medida em que é assegurado o serviço a alunos/as que residam a mais de 3km do estabelecimento escolar e/ou beneficiem de medidas ao abrigo da educação inclusiva.

Todavia, com o aumento da taxa de natalidade verificada no concelho, com a medida “Creche Feliz”² e com o possível alargamento da educação pré-escolar obrigatória para as crianças de 3 anos, podemos estar perante um potencial desafio ao nível da sobrecarga da rede do concelho nos próximos anos.

² Todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, inclusive, que estejam matriculadas em creches da rede solidária, creches da rede pública, amas da Segurança Social ou em creches da rede privada lucrativa que façam parte da bolsa de creches aderentes, têm direito à creche gratuita.

VI. ÁREAS ESTRATÉGICAS 2024-2028

Foram definidos objetivos estratégicos e específicos para cada área prioritária e para o período de vigência deste documento.

1. HABITAÇÃO



Objetivo Estratégico:

- Assegurar a todas as pessoas o acesso a uma habitação digna e adequada e melhorar as respetivas acessibilidades;

Objetivos Específicos:

- Manter atualizado o diagnóstico das necessidades habitacionais do concelho;
- Diminuir as situações de vulnerabilidade social;
- Alargar a capacidade de resposta para as situações de emergência social;
- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade nos edifícios, espaços e transportes públicos (em articulação com o Plano Diretor Municipal - PDM);
- Melhorar e apoiar no conhecimento dos programas e medidas de apoio habitacional.

2. GRUPOS VULNERÁVEIS



Objetivo Estratégico:

- Promover a inclusão de pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social em parceria.

Objetivos Específicos:

Transversal

- Implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social;
- Promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional;
- Divulgar e promover o conhecimento sobre as serviços/recursos disponíveis no concelho de Estarreja.

Crianças e Jovens

- Combater a pobreza e a exclusão social das crianças e jovens;
- Promover uma efetiva garantia para a infância;
- Promover a segurança e o bem-estar das crianças e jovens e prevenir comportamentos de risco/perigo para os mesmos;
- Promover a participação cívica, dando voz aos jovens;
- Sensibilizar a comunidade para a temática dos Maus Tratos Infantis e dos Direitos da Criança;
- Promover o espírito de solidariedade junto da comunidade, em especial das crianças integrados em agregados economicamente vulneráveis.

Pessoas Idosas

- Valorizar as competências das pessoas idosas;
- Fomentar o envelhecimento ativo e a participação cívica das pessoas idosas;
- Contribuir para um conhecimento e acompanhamento de proximidade das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.

Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

- Proporcionar suporte informativo escrito aos cuidadores informais;
- Contribuir para a melhoria de vida das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Migrações e Minorias Étnicas

- Promover a melhoria do acolhimento e integração da população migrante e a inclusão social de minorias étnicas.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica:

- Promover a melhoria da qualidade da intervenção e prevenção de situações de violência doméstica e de género.

3. SAÚDE



Objetivo Estratégico:

- Melhorar o acesso à saúde e promover o bem-estar da comunidade;

Objetivos Específicos:

- Definir a estratégia municipal de saúde do concelho promotora da saúde e bem-estar da população;
- Promover a aquisição de conhecimentos e de estratégias de intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, com ou sem substâncias;
- Capacitar de forma prática e didática, para o uso da app SNS 24 e da área pessoal do Portal do SNS, assim como o acesso às principais funcionalidades dos serviços digitais de saúde;
- Diminuir as situações de vulnerabilidade no âmbito da saúde;
- Diminuir a morbilidade e mortalidade associada à doença pneumocócica em idade adulta, através da promoção da vacinação antipneumocócica;
- Combater as problemáticas sociais existentes no concelho, aliando os serviços de saúde aos serviços de atendimento e acompanhamento social;
- Promover a consciencialização para a importância do bem-estar psicológico e a literacia em saúde mental;

- Promover competências sociais e emocionais e potenciar capacidades que permitam lidar com os desafios e/ou fragilidades, estimulando estilos de vida mais saudáveis;
- Fortalecer o acesso a cuidados de saúde de qualidade;
- Promover a longevidade e o envelhecimento ativo e saudável;
- Promover a literacia em saúde e a qualidade de vida das crianças e respetivas famílias.

4. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO



Objetivo Estratégico:

- Melhorar as qualificações da população e promover o acesso ao trabalho digno;

Objetivos Específicos:

- Favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal;
- Capacitar jovens para o mercado de trabalho;
- Desenvolver competências de liderança e empreendedorismo;
- Preparar e capacitar os jovens para as diversas escolhas que terão de fazer ao longo do seu percurso escolar e profissional;
- Aumentar os níveis de qualificação escolar e profissional dos adultos;
- Melhorar os níveis de qualificação de jovens com percursos escolares incompletos.

VII. DOCUMENTOS CONSULTADOS

Câmara Municipal de Estarreja (2024) Diagnóstico Social do Concelho de Estarreja 2024. CM: Estarreja

Câmara Municipal de Estarreja (2022) Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Estarreja. Estarreja: CM Estarreja

Núcleo da Rede Social. Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social

Decreto-Lei n.º 115/2006 - Rede Social